

Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª Edição De 2013 PDF

ALEXANDRE MAZZA



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Descrição do Produto

Este livro oferece uma análise abrangente sobre a Relação Jurídica e o Direito Administrativo. Entre os tópicos abordados, destacam-se: uma introdução à função dogmática da relação com a Administração Pública; os conceitos fundamentais relacionados a essa relação; as diferentes categorias existentes; as situações jurídicas subjetivas que surgem no campo do Direito Administrativo; além de um estudo sobre a estrutura, criação e extinção da relação jurídico-administrativa, entre outros aspectos relevantes.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar



**Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª
Edição De 2013 Resumo**

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª Edição De 2013**

O livro "RELAÇÃO JURÍDICA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1ª EDIÇÃO DE 2013" de ALEXANDRE MAZZA é indicado para estudantes e profissionais do Direito, especialmente aqueles que atuam ou têm interesse em Direito Administrativo. Também é relevante para servidores públicos, gestores governamentais e educadores que queiram aprofundar seu entendimento sobre as nuances das relações entre a administração pública e os cidadãos, além de pesquisadores que buscam uma base teórica sólida sobre o tema. A obra oferece uma análise crítica e detalhada, sendo um complemento valioso para a formação e atualização dos que lidam com questões de administração pública.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª Edição De 2013 em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução à Relação Jurídica de Administração Pública	O autor apresenta o conceito e a importância da relação jurídica de administração pública, destacando os princípios que regem a atuação do Estado.
2	Princípios da Administração Pública	São abordados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e como estes orientam a ação administrativa.
3	Poderes Administrativos	Análise dos poderes que a administração pública exerce, como o poder discricionário, o poder hierárquico, o poder regulamentar e o poder de polícia.
4	Atos Administrativos	Definição, classificação e características dos atos administrativos, além dos efeitos e formas de controle desses atos.
5	Responsabilidade da Administração Pública	Discussão sobre a responsabilidade civil do Estado pelos atos danosos que causar a terceiros, com ênfase nos princípios da reparação e da indenização.
6	Contratos Administrativos	Examina a natureza, modalidades e as características dos contratos firmados pela administração pública, abordando a legislação pertinente.



Capítulo	Tema	Resumo
7	Licitações Públicas	O autor trata da importância da licitação para garantir a transparência e a competitividade nas contratações públicas.
8	Controle da Administração Pública	Estuda os mecanismos de controle interno e externo da administração pública, incluindo o papel dos tribunais de contas e do Ministério Público.
9	Desafios e Tendências da Administração Pública	Apresenta uma reflexão sobre os desafios atuais e as tendências futuras da administração pública no Brasil.
10	Considerações Finais	Síntese dos principais pontos abordados no livro, reafirmando a importância da regulamentação e do controle das relações jurídicas na administração pública.



Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª Edição De 2013 Lista de capítulos resumidos

1. Introdução às Relações Jurídicas na Administração Pública
2. Princípios Fundamentais da Administração Pública e Suas Implicações
3. A Criação e Extinção de Relações Jurídicas Administrativas
4. Direitos e Deveres dos Administrados nas Relações Jurídicas
5. Da Responsabilidade do Estado nas Relações Jurídicas
6. A Importância da Transparência na Administração Pública
7. Considerações Finais sobre a Relação Jurídica Administrativa

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução às Relações Jurídicas na Administração Pública

A Administração Pública desempenha um papel fundamental na organização e regulação das interações entre o Estado e a sociedade. Dentro desse contexto, surgem as relações jurídicas que caracterizam as dinâmicas entre os administradores públicos e os administrados, abrangendo não apenas os direitos e deveres de cada parte, mas também as diretrizes que orientam a atuação da máquina estatal.

Essas relações jurídicas são regidas por princípios que visam garantir a efetividade e a justiça dos atos administrativos, criando um ambiente de confiança e previsibilidade. A abordagem das relações jurídicas na Administração Pública permite compreender como as decisões e ações estatais afetam a vida dos cidadãos e a gestão de recursos públicos.

Um dos aspectos mais relevantes a considerar é como as relações jurídicas se incorporam ao cotidiano das instituições e dos indivíduos, refletindo a intenção do Estado de atender às demandas da sociedade. A relação jurídica administrativa possui características especiais, como a heterogeneidade das partes, uma vez que, em linhas gerais, a Administração Pública atua representando o interesse coletivo, enquanto que os administrados podem ser tanto indivíduos quanto grupos organizados, cada um com objetivos e necessidades diversas.



A análise das relações jurídicas na Administração Pública não se limita à compreensão das normativas que as regulam, mas se estende à avaliação da prática administrativa, o que implica em reconhecer a necessidade de um compromisso ético por parte dos agentes públicos. Esse comprometimento é essencial para legitimar a atuação do Estado e fortalecer a democracia, sendo este um dos pilares para o desenvolvimento de políticas públicas que realmente atendam às expectativas da sociedade.

Dessa forma, a introdução às relações jurídicas na Administração Pública leva em conta a complexidade e a relevância de um sistema que busca não apenas o cumprimento da lei, mas também a promoção do bem-estar coletivo e a proteção dos direitos dos cidadãos. A compreensão profunda dessas relações é vital para que se possam estabelecer padrões de gestão que garantam a transparência, a responsabilidade e a eficácia nas ações do Estado. Assim, as relações jurídicas na Administração Pública se configuram como um campo de estudo essencial para a análise da política, da ética e da legislação que regem a sociedade contemporânea.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. Princípios Fundamentais da Administração Pública e Suas Implicações

Os Princípios Fundamentais da Administração Pública são os pilares que alicerçam todo o funcionamento da máquina pública e estabelecem a perspectiva de como o Estado deve agir em suas interações com a sociedade. Esses princípios, consagrados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, incluem a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Cada um desses princípios possui implicações diretas nas relações jurídicas administrativas, orientando o comportamento das autoridades públicas e a forma como estas exercem suas funções.

O princípio da legalidade impõe que a Administração Pública só pode agir conforme a lei, o que garante que suas ações tenham um fundamento jurídico e evitem abusos de poder. Essa obediência à norma confere segurança jurídica aos administrados, uma vez que qualquer ato da administração que desrespeite a legislação pode ser impugnado no Judiciário. A legalidade traz, assim, uma camada de proteção para os cidadãos, que podem confiar que suas interações com o estado se darão dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

A impessoalidade, por sua vez, busca assegurar que a atuação da Administração Pública não favoreça atendimentos individuais, mas que se baseie em critérios objetivos e impessoais. Isso é crucial para garantir que



todos os cidadãos sejam tratados de forma equitativa. Através desse princípio, evita-se o clientelismo e a discriminação, promovendo, assim, uma gestão pública que respeita a igualdade de todos perante a lei. As implicações da impessoalidade são profundas, pois reforçam a confiança da população na neutralidade da administração estatal.

No que tange à moralidade, este princípio requer que os atos administrativos não apenas sigam a lei, mas que também obedeçam a critérios éticos. A moralidade administrativa vincula a ação dos agentes públicos a padrões de conduta que são socialmente aceitos, mirando sempre o bem comum. A implicação direta deste princípio é a promoção de práticas transparentes e honestas por parte dos servidores públicos, contribuindo para o fortalecimento da integridade dentro da administração.

A publicidade é outro princípio fundamental que exige que os atos administrativos sejam públicos e amplamente divulgados. Isso garante que a sociedade tenha acesso às informações sobre a gestão pública, promovendo um ambiente de controle social sobre as ações do governo. As implicações da publicidade são claramente visíveis na sua função de instrumentar a fiscalização por parte dos cidadãos, que se tornam mais capacitados a questionar e avaliar a atuação do Estado, assegurando assim maior responsabilidade e prestação de contas.



Por fim, o princípio da eficiência propõe que a Administração Pública deve sempre buscar a melhor utilização dos recursos disponíveis, a fim de proporcionar serviços de qualidade para a população. Este princípio não só reflete a obrigação do Estado em ser produtivo, mas também implica que as relações jurídicas administrativas sejam pautadas por uma gestão proativa, que busca soluções inovadoras e práticas para os desafios que surgem na prestação de serviços públicos.

Em suma, os princípios fundamentais da Administração Pública desempenham um papel central nas relações jurídicas estabelecidas entre o Estado e os cidadãos. Eles orientam a atuação dos agentes públicos e garantem que essa atuação ocorra dentro de padrões que asseguram justiça, equidade e eficiência, promovendo a legitimidade da administração pública perante a sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. A Criação e Extinção de Relações Jurídicas Administrativas

As relações jurídicas administrativas são fundamentais para o funcionamento da administração pública, caracterizando-se pela interdependência entre o poder público e os administrados, que podem ser indivíduos ou entidades. O processo de criação dessas relações é regido por normas e princípios que asseguram tanto a legalidade das ações administrativas quanto a proteção dos direitos dos particulares envolvidos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Direitos e Deveres dos Administrados nas Relações Jurídicas

No âmbito das relações jurídicas de administração pública, os administrados exercem um papel crucial, uma vez que são tanto destinatários dos serviços públicos quanto sujeitos de direitos e deveres. Os direitos dos administrados na relação jurídica com a administração pública estão intrinsecamente ligados ao princípio da legalidade, que garante a todos o acesso à justiça e à information. Os administrados têm o direito de serem tratados com imparcialidade, assim como de acessar informações sobre atos administrativos que os afetem, assegurando a transparência das ações governamentais.

Entre os direitos mais relevantes, destaca-se o direito ao exercício de controle sobre a atuação administrativa. Isso permite que os cidadãos questionem a validade de atos administrativos que considerem ilegais ou abusivos. Ademais, os administrados têm o direito de recorrer a instâncias superiores, buscando a reparação de danos e violações de seus direitos. É fundamental que os administrados compreendam a importância de sua participação na formulação e avaliação das políticas públicas, dado que essa participação é garantida pela legislação e pelos princípios democráticos.

Por outro lado, os deveres dos administrados nas relações jurídicas com a Administração Pública não podem ser negligenciados. O cumprimento das



normas legais e regulamentares é um imperativo para a convivência em sociedade, e todos os cidadãos têm o dever de respeitar as regras que regem a utilização dos serviços públicos e de colaborar com as investigações administrativas quando solicitado. A omissão ou a recusa em colaborar com a Administração pode acarretar penalidades ou outras consequências jurídicas. Além disso, os administrados têm o dever de zelar pelo patrimônio público, contribuindo assim para a boa gestão e a eficiência dos recursos destinados às políticas públicas.

Em síntese, as relações jurídicas entre administrados e administração pública são regidas por um conjunto complexo de direitos e deveres que buscam equilibrar os interesses do Estado e do cidadão. O reconhecimento claro desses direitos e deveres é fundamental para a construção de uma administração pública mais justa e eficaz, onde a participação do cidadão não se limita a ser um mero espectador, mas sim um agente ativo na promoção do bem comum.



5. Da Responsabilidade do Estado nas Relações Jurídicas

A responsabilidade do Estado nas relações jurídicas é um tema central no estudo da Administração Pública e, sem dúvida, uma das questões mais relevantes para a compreensão dos direitos dos cidadãos em face do ente público. A responsabilidade pode ser classificada em duas grandes categorias: a responsabilidade civil e a responsabilidade penal, sendo a primeira a mais frequentemente abordada no contexto das relações jurídicas administrativas.

A responsabilidade civil do Estado é fundamentada na teoria do risco administrativo. Segundo essa teoria, o Estado deve responder pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, independentemente da prova de culpa. Esse princípio visa garantir a proteção dos direitos individuais e coletivos, promovendo, assim, a confiança da população nas instituições públicas. Especificamente, o Estado é responsabilizado pelos atos administrativos que geram prejuízo ao administrado, seja por ação, seja por omissão, desde que se prove o dano, o nexo de causalidade e o caráter regular das atividades estatais.

Por outro lado, a responsabilidade penal do Estado, embora menos debatida, também é de vital importância, especialmente em casos onde a atuação do agente público configura ilícitos penais. No entanto, é importante ressaltar



que a responsabilização penal dos entes federais não ocorre da mesma maneira que ocorre com indivíduos, pois requer a observância de um procedimento jurídico específico, e raramente o ente público é considerado diretamente culpado, podendo seus representantes individuais responderem pelas práticas irregulares.

Além disso, é importante destacar que a responsabilidade do Estado não se limita à reparação de danos materiais, mas também inclui a responsabilidade por danos morais e à integridade do administrado. Isso é particularmente relevante em situações onde a atuação estatal causa violação a direitos fundamentais, como a honra, a imagem ou a liberdade.

Ainda, no contexto da responsabilidade do Estado, a jurisprudência tem ampliado a proteção aos administrados ao reconhecer a possibilidade de responsabilização por atos que, mesmo não tendo sido praticados diretamente por agentes públicos, decorrem de políticas públicas ineficazes ou omissivas que afetam a coletividade. Assim, está em jogo um princípio maior: a atuação do Estado sempre deve buscar o bem-estar da população, e a falha em alcançar esse objetivo deve resultar em responsabilidades.

Por fim, é fundamental que, para que a responsabilização do Estado se efetive de maneira eficaz, exista uma maior transparência e controle social nas ações do poder público. Medidas que promovam a participação ativa dos



cidadãos na fiscalização das atividades administrativas são essenciais para garantir que o Estado atue de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme preconizado no caput do artigo 37 da Constituição Federal.

A responsabilidade do Estado nas relações jurídicas, portanto, representa não apenas um mecanismo de reparação, mas um ativo instrumento de promoção da justiça social e da cidadania, reafirmando o compromisso do ente público com os direitos e a dignidade dos indivíduos que ele serve.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. A Importância da Transparência na Administração Pública

A transparência na administração pública é um princípio essencial que visa garantir a confiança da sociedade nas instituições estatais e na gestão dos recursos públicos. Em um contexto onde a corrupção e a falta de prestação de contas frequentemente comprometem a eficácia do serviço público, a adoção de práticas transparentes se torna uma necessidade incontestável.

A transparência implica em acesso à informação, o que permite que cidadãos e entidades do controle social acompanhem e fiscalizem as ações do governo. Essa abertura não apenas facilita o controle social, mas também contribui para a democratização da gestão pública, aumentando a participação da sociedade nas decisões que afetam seu dia a dia. Por meio da transparência, os administradores públicos são chamados a prestar contas sobre suas atividades, o que fortalece a confiança nas instituições e melhora a qualidade dos serviços prestados.

Além disso, a transparência promove a eficiência na administração pública. Quando as informações são disponibilizadas de forma clara e acessível, é mais fácil identificar falhas e implementar melhorias nos processos administrativos. A prestação de contas e o escrutínio público também desencorajam a tomada de decisões inadequadas e aumentam a responsabilidade dos gestores públicos.



É importante ressaltar que a transparência não se limita apenas à divulgação de dados. Ela deve ser acompanhada de uma postura proativa por parte das administrações públicas, que precisam criar canais de comunicação ativos e acessíveis, onde os cidadãos possam não apenas ter acesso à informação, mas também dialogar e interagir com os órgãos públicos.

Nesse sentido, a Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 no Brasil, é um marco legal que reforça a importância da transparência na administração pública, permitindo um maior controle social e a possibilidade de reivindicações dos cidadãos em relação ao uso dos recursos públicos. No entanto, para que a transparência seja efetiva, é imprescindível que haja uma cultura de ética e responsabilidade entre os servidores públicos, que devem ser preparados e incentivados a respeitar os princípios de transparência, integridade e compromisso com o interesse público.

Portanto, a importância da transparência na administração pública se manifesta não apenas no fortalecimento da confiança dos cidadãos nas instituições, mas também na melhoria da qualidade dos serviços e na promoção de uma gestão mais responsável e eficaz, essencial para o desenvolvimento de uma sociedade justa e democrática.



7. Considerações Finais sobre a Relação Jurídica Administrativa

As relações jurídicas administrativas constituem um dos pilares fundamentais da Organização do Estado moderno. Ao longo da obra "Relação Jurídica de Administração Pública", Alexandre Mazza nos propõe uma análise meticulosa dos diversos aspectos que circunscrevem essas interações, ressaltando a complexidade e a dinamicidade intrínsecas à atividade administrativa.

Em primeiro plano, é vital reconhecer que a administração pública, por sua natureza, está incessantemente vinculada ao interesse coletivo e à promoção do bem-estar da sociedade. A partir desta premissa, a relação jurídica administrativa se destaca não apenas como um conjunto de normas e disposições legais, mas como um mecanismo que traduz eficácia social, estabelecendo conexões entre o Estado e o cidadão, fundamentadas na legalidade, moralidade e finalidade.

Os princípios que regem essas relações, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, não são meramente recomendações; eles garantem a lisura e a justiça nas interações entre órgãos públicos e administrados. Portanto, são essenciais para mitigar arbitrariedades, assegurar direitos e promover a proteção dos cidadãos, que, muitas vezes, se encontram em posição de vulnerabilidade. A responsabilidade do Estado,



que emerge das relações jurídicas como um corolário dos direitos dos administrados, revela-se igualmente crucial. Trata-se de um aspecto que garante não apenas a responsabilização objetiva, mas também a decisão em favor de uma Administração Pública que se coloca a serviço do bem comum.

Além disso, a troca de direitos e deveres entre o Estado e os administrados cria uma rede de interdependência, onde a transparência se torna um valor central. Neste aspecto, Mazza elucida a importância de processos transparentes e acessíveis que permitam aos cidadãos não somente acompanhar a atuação do Estado, mas também participar de maneira ativa na gestão pública. Essa participação é fundamental para promover uma cultura de accountability que favorece a construção de um Estado mais justo e mais democrático.

Ainda que os desafios sejam inúmeros, como a burocracia excessiva e a corrupção, a reflexão proposta por Mazza sobre a relação jurídica administrativa é clara: a evolução e o fortalecimento dessa relação dependem da conjugação de esforços da sociedade civil, do Estado e dos órgãos de controle. Promover uma administração pública de qualidade que efetivamente atenda às diretrizes constitucionais e aos anseios da população é uma tarefa que exige comprometimento e diálogo permanente.

Em suma, as considerações finais fazem um convite à reflexão crítica sobre



o papel que cada um desempenha dentro da administração pública e à importância da construção de uma relação jurídica que transcenda a mera execução de tarefas administrativas. Ao final, a obra cumpre seu objetivo ao servir como um guia para a prática e a reflexão sobre as relações jurídicas administrativas, evidenciando que somente através da articulação entre direitos, deveres, transparência e responsabilização se poderá alcançar uma administração pública verdadeiramente eficiente e comprometida com os princípios democráticos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Relação Jurídica De Administração Pública - 1ª Edição De 2013

1. As relações jurídicas de administração pública devem sempre observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que são fundamentais para a gestão pública.
2. É imprescindível que o administrador público atue com transparência, garantindo o acesso à informação e promovendo a participação da sociedade nas decisões administrativas.
3. A responsabilidade do administrador público transcende a mera conformidade com a lei, exigindo uma postura de ética e integridade em todas as suas ações.
4. A relação entre o Estado e o particular deve ser regida pelo equilíbrio entre os interesses públicos e privados, assegurando a proteção dos direitos do cidadão.
5. A função administrativa deve ser entendida como um serviço à coletividade, onde as decisões devem ser tomadas sempre visando o bem-estar social e o interesse público.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar